

## Waldeck teme pelo futuro do São Francisco

Senador quer evitar transposição sem que seja previamente garantida a preservação do rio. **Página 7**



Gilvam Borges: governo não apresenta proposta



Valmir lamenta falta de política para o setor

# Senadores cobram reforma do sistema penitenciário

*Para acabar com rebeliões, é necessária uma ampla mudança no setor, alertam Gilvam e Valmir, ao defender projetos em tramitação na Casa sobre o assunto*

## Melo e Rocha fazem sugestões sobre segurança

O senador Geraldo Melo propôs ontem a discussão dos problemas relativos aos direitos humanos e à segurança pública "sem preconceitos, frases feitas e histerias demagógicas". Ele fez a declaração a propósito do episódio em que um ex-militar matou 15 pessoas em São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte. Já o senador Sebastião Rocha exigiu do governo federal uma definição do modelo de segurança pública. Ele entende que a polícia tem demonstrado despreparo para lidar com conflitos, como a recente desocupação de um conjunto habitacional em São Paulo. **Página 5**

Uma ampla reforma do sistema penitenciário brasileiro foi solicitada ontem, da tribuna do Senado, pelos senadores Valmir Campelo e Gilvam Borges, autores de dois projetos sobre o tema. Gilvam alertou para os riscos da situação dos presídios, que comparou a uma panela de pressão capaz de explodir a qualquer momento. Em aparte, a senadora Benedita

da Silva sugeriu a realização de um seminário para debater os projetos que tramitam na Casa sobre o assunto. Valmir Campelo, por sua vez, lamentou a inexistência de uma política nacional para o setor e defendeu projeto de sua autoria que privatiza os presídios. O assunto foi também debatido em plenário por Ademir Andrade e Marina Silva. **Páginas 4 e 5**

## Comissão debate endividamento de estados

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) afirmou ontem que, ao contrário do que divulgaram alguns órgãos de imprensa, o Senado e a Câmara não estão vivendo "um recesso branco".

Segundo o senador, tanto é assim que a comissão temporária que preside, e que trata das questões relativas ao endividamento de estados e municípios, realizará esta semana seminário sobre o assunto. Conforme esclareceu, o seminário será realizado no Auditório Petrônio Portella, a partir das 10h de hoje.

O programa do seminário, de acordo com o sena-

dor Carlos Patrocínio, é o seguinte: hoje, logo após a abertura, Paulo de Tarso M. Sousa falará sobre "Rolagem da Dívida"; às 14h, o tema "Dívida Mobiliária" ficará a cargo de César Augusto Busatto, secretário de Finanças do estado do Rio Grande do Sul; e os senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e Vilson Kleinübing (PFL-SC) dissertarão sobre "Implicação da CPI dos Precatórios".

Amanhã serão feitas duas apresentações: a primeira, às 10h, sobre "Amortização de Juros", por José Soares Nuto; e às 14 horas, Valter Albano da Silva falará da "Reforma



Carlos Patrocínio

Tributária". As exposições serão seguidas de debates. O primeiro vice-presidente do Senado, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), fará a abertura do seminário.

**Vai à Câmara regulamentação de planos de saúde**

**Página 2**

# CAE examina projeto sobre reservas cambiais

*Comissão aprecia também proposta que disciplina aplicação das receitas das privatizações e a que trata de incentivo fiscal às empresas que possuam empregados com mais de 40 anos*

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apreciará hoje às 10h, entre outras matérias, projeto que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais e o que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os ban-

cos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira, ambos de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT).

Apreciará, também, projeto de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que dispõe sobre a aplicação

das receitas provenientes das privatizações e o projeto do senador Flaviano Melo (PMDB-AC) que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal às pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos.

A CAE examina, ainda, so-

licitação do governo do estado do Rio Grande do Sul para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 150 milhões, para financiar parte do programa de rodovias daquele estado.

## Senado manda à Câmara regulamentação de planos de saúde

O Senado encaminhou à Câmara dos Deputados projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que estabelece o direito de usufruto de planos de saúde pelo período correspondente ao tempo de carência efetivamente pago. O projeto foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e não houve recurso para sua apreciação pelo plenário.

Pela proposição, o usuário de planos de saúde, seguros-saúde ou congêneres que, após contribuir durante todo o período de carência correspondente a seu plano, por algum motivo deixe de fazê-lo, terá direito ao usufruto de todos os benefícios previstos em seu contrato pelo mesmo prazo da carência paga, a contar da última mensalidade efetuada.

Na justificativa da proposta, Sebastião Rocha afirma que o

direito do cidadão de usufruir serviços já efetivamente pagos de forma adiantada é um aspecto da máxima importância para o brasileiro. O senador considera uma "excrecência contratual" o prazo de carência, que, em sua opinião, confere à medicina de grupo uma redobrada segurança contra o risco de perda financeira e pode levar as pessoas que necessitam de atendimento médico imediato a pagar uma mensalidade "astronômica".

Sebastião Rocha destaca que, se o plano de saúde for mantido até a morte do contratante ou até a expiração do contrato, o prazo de carência será, do ponto de vista do associado, como um período inexistente: "O dinheiro aí empregado, à guisa de depósito de segurança, nunca seria ressarcido ao contratante, indo direto para o bolso dos donos das empresas de planos de saúde".

## Agenda do Dia

### 1º VICE-PRESIDENTE Senador Geraldo Melo

10h - Preside a abertura do Seminário sobre o Endividamento dos Estados e Municípios. *Auditório Patrônio Portella*

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** \*Projeto de Resolução nº 67/97, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia do Brasil, no valor total de R\$ 125 milhões, entre o estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, destinada a financiar a execução do Programa de Reforma do Estado; e \*Projeto de Resolução nº 68/97, que autoriza o estado de Goiás a contratar operação de crédito sob a forma de Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado em 21.01.97, junto à Caixa Econômica.

### COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 212/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal às pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; \*PLS nº 46/96 - Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; \*PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais; \*PLS nº 292/95 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; e \*Ofício Presi nº 32/97 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do Rio Grande do Sul, para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 150 milhões, equivalente a R\$ 156,9 milhões, a preços de 31.01.97, cujos recursos serão destinados ao financiamento de parte do Programa de Rodovias daquele estado. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão do Endividamento dos Estados e Municípios

**Pauta:** Seminário sobre o Endividamento dos Estados e Municípios. *Auditório Patrônio Portella*

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Quarta-feira (28.05.97)

14h30 - Agenda em aberto

Quinta-feira (29.05.97)

- Corpus Christi

Sexta-feira (30.05.97)

9h - Sessão não deliberativa do Senado

### COMISSÕES

Quarta-feira (28.05.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; \*PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; \*PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; \*PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; \*PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art.199 da Constituição federal que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; \*PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e \*PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão do Endividamento dos Estados e Municípios

**Pauta:** Seminário sobre o Endividamento dos Estados e Municípios. *Auditório Patrônio Portella*

# Benedita defende melhor distribuição de royalties

*Petista apóia supressão de dispositivo em projeto de lei que permite, sob alegação de riscos, exploração de petróleo sem pagamento*

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) destacou ontem a visita ao Congresso Nacional da Comissão do Movimento Pró-Royalties, em busca de apoio para alterar o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a política energética nacional, em tramitação no Senado.

Benedita informou que o movimento quer a supressão de dispositivo do projeto que, apesar de aumentar o percentual de royalties de 5% para 10%, em

benefício dos municípios produtores de petróleo, "deixa aberta a possibilidade do não-pagamento pelas empresas operadoras em bacias sedimentares, alegando riscos geológicos e outros fatores pertinentes".

Segundo a senadora, os municípios fluminenses produtores de petróleo recebem, hoje, apenas 1% desses royalties: 1,5% vai para o estado e 2,5% para o Ministério da Marinha. Uma vez aumentado

esse percentual para 10%, o movimento reivindica uma "distribuição mais democrática" desses valores: 6,5% para os municípios, 1,5% para o estado e 2% para o Ministério da Marinha.

A medida, na opinião de Benedita, beneficiará não apenas os municípios de seu estado, como os cerca de 600 outros produtores de petróleo no país, "pois eles necessitam desses royalties para combater a pobreza, o desemprego e para melhorar a infra-estrutura, a qualidade de vida, a tecnologia e a educação".



Benedita da Silva



Nabor Júnior

## Nabor acha "inaceitável" reduzir bancadas

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) voltou a criticar ontem a tentativa de redução da bancada de deputados dos pequenos estados na Câmara dos Deputados, que considerou "totalmente inaceitável". Ele se referiu à proposta de emenda constitucional do deputado José Genoíno (PT-SP), reduzindo a representação de estados que eram territórios de oito para quatro deputados federais e aumentando a bancada de São Paulo, de 70 para 80 deputados.

Para Nabor Júnior, a mudança aumentaria ainda mais as diferenças regionais. Ele argumentou que São Paulo já exerce uma forte influência política e econômica e, por isso, consegue "facilidades", como o recente acordo para a renegociação da dívida do estado:

- Enquanto isso, o Acre negocia há mais de um ano com o Banco Central uma proposta para a capitalização do seu banco estadual. A bancada de oito deputados e três senadores não conseguiu nada até agora. Imagine se diminuísem a representação do estado.

Segundo Nabor, o movimento para modificar o número de parlamentares por estado já existe há algum tempo, tendo havido tentativas nesse sentido na Constituinte e na Revisão Constitucional. Ele lembrou que São Paulo já conseguiu aumentar sua bancada na Câmara, que era de 60 deputados, para os atuais 70.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) apoiou o pronunciamento e afirmou que procurará conversar com seu correligionário José Genoíno para a retirada da proposta.

## Suplicy promete apurar denúncias contra administrações petistas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que "o PT vai apurar em profundidade os fatos" denunciados pelo *Jornal da Tarde* sobre a ocorrência de corrupção na administração de cidades governadas pelo partido. Ele garantiu que "uma comissão de ética já está sendo formada para isso".

Suplicy iniciou seu discurso estranhando declaração do ministro da Justiça, Iris Rezende, anunciando o propósito de rever a posição favorável do governo sobre o projeto do deputado Hélio Bicudo (PT-SP), que destina à Justiça com os crimes cometidos, no exercício de suas funções, pelos policiais militares.

- Já salientamos o quanto é importante esse projeto, diante de todas essas situações de violência cometidas pela polícia contra a população. É em razão disso que a opinião

pública clama pela aprovação conclusiva do projeto de lei de Hélio Bicudo. E é por isso que eu estranho a posição do ministro - ressaltou.

Suplicy afirmou que, se a Polícia Militar de Goiás, estado do ministro, age corretamente, os diversos eventos de violência praticados no resto do país "estão a mostrar a necessidade de não haver impunidade, assim como a existência de indícios claros de proteção de policiais pela Justiça Militar".

Ele explicou que essa foi a razão que originou o projeto de Hélio Bicudo, o qual teve o apoio do então ministro Nelson Jobim e do presidente Fer-



Eduardo Suplicy

nando Henrique Cardoso, constando do Programa Nacional de Direitos Humanos. "Ficará estranho agora o novo ministro da Justiça alterar uma posição já delineada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso", analisou o senador.

Como o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) quer saber se essa é uma posição isolada de Iris Rezende ou já assumida pelo governo, Suplicy sugeriu que os dois assinem requerimento de informações para que o ministro da Justiça esclareça isso. "Se o ministro está de fato modificando uma decisão anunciada pelo presidente, aí será uma questão a nos preocupar", afirmou.



Gilberto Miranda

## Para Miranda, "custo Brasil" agrava déficit

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) afirmou que somente a ajuda de uma boa safra de grãos evitou que o desequilíbrio da balança comercial, que "já ultrapassou três bilhões de dólares", se tornasse ainda mais grave para o país. "Enquanto as compras no exterior cresciam 25%, as vendas somente aumentavam 21%", garantiu.

Conforme Gilberto Miranda, entre as mudanças a serem feitas para elevar as exportações está a redução do "custo Brasil". Ele disse que "a carga tributária perversa, o sucateamento das estradas de ferro, a política sindical corporativista dos portuários e o péssimo estado de conservação das rodovias" são fatores que contribuem para prejudicar as exportações.

Segundo o senador, o Brasil está exportando minério de ferro, café, cacau, celulose, alumínio, aço, suco de laranja e calçados, "mercadorias consideradas no mercado mundial como de baixa demanda". As importações, a seu ver, voltam-se em grande parte para produtos sofisticados, tais como memória de computador.

- Assim, para cobrir a importação de um computador de 166 MHz, que custa US\$ 4 mil, o Brasil precisa vender 200 toneladas de minério de ferro, ou 15 toneladas de soja, ou três toneladas de alumínio, ou 300 pares de sapato. É necessário que algo se faça para mudar o quadro atual - alertou o senador.

## SEGURANÇA EM DEBATE

# Gilvam cobra mudanças no sistema carcerário

*Projeto do senador garante ao detento que tenha cumprido um décimo da pena a transferência para regime menos rigoroso*

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) voltou ontem a solicitar ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro da Justiça, Iris Rezende, ações urgentes para resolver o problema carcerário. Para ele, a situação dos presos representa "uma panela de pressão, e o governo não apresenta propostas concretas para a mudança do atual quadro".

Gilvam afirmou que a carência de vagas no sistema penitenciário força milhares de presos, muitas vezes condenados a regime aberto ou semi-aberto, a suportarem "condições de vida quase anímicas nas cadeias públicas".

**"Presos vivem em condições quase anímicas nas cadeias públicas"**

Por essa razão, conforme disse, apresentou projeto que garante ao detento que já tenha cumprido um décimo da pena o direito de ser transferido para um regime menos rigoroso e obter autorização para saídas temporárias. Além disso, estabelece normas para que o preso em regime semi-aberto tenha facilitada sua reintegração à sociedade e ao mercado de trabalho.

Segundo o senador, de acordo com o último censo penitenciário, 51% dos presos brasileiros cumprem pena por pequenos delitos contra o patrimônio. "As prisões devem ser reservadas para abrigar infra-

tores violentos", defendeu.

Em aparte, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) pediu a realização de seminário, com a participação do Ministério da Justiça, para debater todos os projetos que tramitam na Casa sobre o assunto.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) sugeriu que o Brasil adotasse o modelo cubano de tratamento de presos que, a seu ver, é semelhante ao que operários recebem em uma fábrica. Essa posição foi contestada por Gilvam, para quem essa idéia não retrata o que de fato ocorre em Cuba.

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que a ineficiência do poder público é responsável pela situação dos presos, "muitas vezes mal compreendida pela sociedade".

## CCJ aprova projeto que restringe saída de presos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em decisão terminativa, substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) a projeto de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que torna obrigatória autorização judicial e escolta policial para que um condenado, que esteja cum-

prindo pena em regime fechado ou semi-aberto, possa se ausentar do presídio.

Em caso de urgência de atendimento médico, a permissão será dada pelo diretor do estabelecimento penal, que deverá comunicar o fato, de imediato, ao juízo



Romeu Tuma

competente. O objetivo da proposição é evitar a ocorrência de fugas de presos, "inclusive perigosos", em razão de saídas para tratamento de saúde ou dentário. A matéria será apreciada agora pela Câmara dos Deputados.

## Senado aciona polícias para apurar roubo

O diretor da Subsecretaria de Segurança Legislativa, Clayton Zanlorenzi, informou ontem que a Polícia Civil e a Polícia Federal já estão realizando diligências para apurar o roubo ocorrido na última quinta-feira, num dos caixas automáticos da Agência do Banco do Brasil, em frente à Agência Senado, de onde foram levados R\$ 11 mil. Tão

logo foi constatado o episódio, Clayton Zanlorenzi solicitou ao diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, a instalação de uma comissão de sindicância para apurar o ocorrido, acionando em seguida os organismos policiais.

O diretor da Subsecretaria de Segurança informou ainda que não houve qualquer informação fornecida pela sua unidade ad-

ministrativa, levantando suspeitas sobre quaisquer pessoas pela responsabilidade do ocorrido, conforme chegou a ser publicado por alguns jornais. Hipóteses desse tipo - salientou o diretor - somente poderão ser levantadas após concluído todo o trabalho das sindicâncias administrativa e policial, o que somente ocorrerá nos próximos dias.

## SEGURANÇA EM DEBATE

# Valmir prega privatização de cadeia para acabar com rebelião

*Reportagens mostrando a influência de grupos como o Comando Vermelho no sistema carcerário preocupam o senador pelo DF*

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) pediu ontem uma ampla reforma do sistema penitenciário brasileiro, defendendo projeto de sua autoria no qual propõe a privatização das casas de detenção, em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ).

Valmir Campelo lamentou a inexistência de uma política nacional para o setor e destacou que "a privatização das prisões se mostrou eficaz na França e em diversos estados norte-ame-

ricanos, onde reduziram-se drasticamente as rebeliões e outros problemas típicos de presídios públicos".

Na sua opinião, penitenciárias e cadeias no Brasil são sinônimos de violência, promiscuidade e superlotação. "O objetivo da reforma no sistema é reduzir gastos com a manutenção dessa estrutura inchada e ineficiente", disse. A seu ver, nas prisões brasileiras, o ócio está na frente das atividades produtivas e de educação.

Ele destacou matérias veiculadas pelas emissoras TV Globo e Manchete abordando a situação das penitenciárias brasileiras, quando aquelas emissoras denunciaram o apoio do grupo Comando Vermelho às rebeliões nas prisões paulistas. O senador pediu a apuração das denúncias alertando "que a mania de minimizar" tais episódios é perigosa porque demonstra que as autoridades ignoram a capacidade de organização dos detentos.



Sebastião Rocha

## Rocha vê governo "confuso" quanto à segurança pública

A propósito das recentes violências cometidas por policiais militares no país, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse ontem que o governo federal precisa definir qual o seu modelo de segurança pública:

- O governo deve ser mais taxativo quanto ao tipo de polícia que deseja e criar mecanismos para que a corporação, ao inibir a violência, não reaja também com violência.

Rocha lembrou o episódio da desocupação de um conjunto habitacional em São Paulo, onde três invasores morreram em conflito com a Polícia Militar, afirmando que "a PM estava despreparada; poderia usar outros instrumentos de dispersão, como jatos d'água e balas de borracha, evitando as mortes".

O senador falou também da Polícia Militar do Distrito Federal, chamada de omissa na ocupação do Ministério do Planejamento por trabalhadores rurais:

- Quando a polícia do Distrito Federal cumpriu seu papel de combater a violência com cautela, o governo federal ameaçou intervir, mas no caso de São Paulo e do massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, onde 19 sem-terra morreram em conflito com a PM, não se falou em intervenção. O governo está confuso e dá a entender que é permissivo com a violência policial.

## Melo quer debate desapassionado sobre polícia e direitos humanos

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) propôs ontem a discussão dos problemas relativos aos direitos humanos e à segurança pública "sem preconceitos, frases feitas e histerias demagógicas", ao comentar o episódio em que "um desviado" assassinou 15 pessoas em São Gonçalo do Amarante, no estado.

A violência policial é intolerável e repugnante, na sua opinião, pois a polícia não deve ser uma instituição da qual o cidadão tenha medo. Isso implica, a seu ver, a existência de uma autoridade com pulso suficiente para impedir que as polícias se transformem em esquadrões de extermínio.

Geraldo Melo salientou também que "os policiais precisam ter condições de ir às ruas cumprir seu dever sem medo". A preocupação com os direitos humanos,



Geraldo Melo

resumiu, "não é só se preocupar com as garantias dos bandidos".

A solução para o problema da segurança pública envolve, na opinião do senador, um projeto consistente de desarticulação do crime organizado e a criação de condições para que o Estado brasileiro tenha capacidade efetiva de oferecer segurança e proteção à cidadania.

No caso dos assassinatos em série ocorridos no Rio

Grande do Norte, o poder público não pôde deter a escalada de violência, tanto que um policial civil não evitou a morte de colega militar porque portava arma com balas vencidas, disse.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) registrou que os fatos ocorridos no Rio Grande do Norte repetem-se em todo o território nacional, daí a sociedade clamar por segurança, problema que precisa ser considerado "como altamente prioritário".

### DENGUE

Geraldo Melo também apelou ao Ministério da Saúde e ao presidente da República para a prestação de socorro urgente à população potiguar, que estaria ameaçada por uma epidemia de dengue: "A desculpa de restrições orçamentárias não consolará as famílias atingidas".

# Projeto de Tebet estimula doações de terra

*Doação ao Incra de 10% da propriedade para fins de reforma agrária isentará o restante da propriedade do pagamento do Imposto Territorial Rural por cinco anos, segundo a proposta*

Os proprietários rurais que doarem ao Incra 10% da sua propriedade para fins de reforma agrária ficarão isentos do pagamento do Imposto Territorial Rural, pelo período de cinco anos, sobre o restante da sua propriedade, se aprovado projeto apresentado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). A matéria está tramitando em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Se-



Ramez Tebet

nado.

O autor da proposição considera que, como as pesquisas de opinião pública

têm revelado "um apoio maciço (80%) da população à reforma agrária", o momento "é oportuno para se intentarem fórmulas jurídicas", que contribuam para a solução do problema agrário no Brasil. A proposição de Tebet também determina que o desmembramento da propriedade para efeito de doação só será admitido quando não se tratar de área inferior à do módulo rural da região.



Levy Dias

## Levy destaca o início do Prodecer III

O senador Levy Dias (PPB-MS) destacou o início da implementação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer III), que aplicará US\$ 850 milhões na região. De acordo com o senador, o programa viabilizará a infra-estrutura nas áreas de transporte e energia, além de garantir financiamento direto aos produtores de soja, milho e arroz nos estados de Minas Gerais, Goiás e Tocantins.

O Prodecer III terá 60% dos investimentos custeados pelo governo japonês e contrapartida nacional de 40% (30% do governo brasileiro e 10% do produtor rural), segundo o senador, que também ressaltou o papel da Embrapa para o êxito do empreendimento.

Levy Dias relatou que em recente visita ao Tocantins, atendendo a convite do governador Siqueira Campos, pôde verificar o grande esforço que vem sendo feito naquele estado para a ampliação da fronteira agrícola e a introdução de novas tecnologias na agricultura.

Como resultado desse empreendimento, observou Levy Dias, a região dos cerrados, com mais de 200 milhões de hectares, "onde se praticava quase unicamente agricultura de subsistência", passou a apresentar os mais elevados índices de produtividade agrícola, especialmente na produção de grãos.

## Alcântara apela ao governo para que recupere lavoura do algodão

Cerca de 900 milhões de dólares de perdas em divisas neste ano, além de um número de desempregados estimado em mais da metade de todos os sem-terra acampados e a chegada do país à condição de maior importador mundial do produto.

Esse é o retrato apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) para descrever a crise vivida pela cultura brasileira do algodão e formalizar, no plenário do Senado, um apelo ao governo federal com vistas a urgentes mudanças na política oficial para a cotonicultura.

Segundo o parlamentar cearense, ao longo das últimas cinco décadas, o país tem sido um eficiente produtor e exportador de algodão. A propósito, informou que a produção nacional de algodão em pluma caiu de 960 mil toneladas em 1985 para uma previsão de apenas 340 mil toneladas neste ano.



Lúcio Alcântara

- Com um consumo industrial da ordem de 850 mil toneladas, o país deverá importar algo em torno de 510 mil toneladas, passando à condição de maior comprador do produto no mercado internacional - assinalou.

### PROPOSTAS

Apoiando-se em artigo do deputado Delfim Netto, Lúcio Alcântara lembra que o declínio da cotonicultura resulta de três fatores: câmbio sobrevalorizado; descuidada redução tarifária para compensar as deficiências de oferta (geradas pelo próprio câmbio valorizado); e as grandes facilidades de crédito

para a importação, a prazos seis vezes maiores e a taxas de juros seis vezes menores do que as suportadas pelo produto nacional.

Apesar de considerar equivocada a condução da atual política comercial brasileira com o exterior, o senador acredita que o governo deverá reconhecer os erros cometidos e reverter a situação.

Como base para as mudanças em favor da produção algodoeira do Brasil, Alcântara listou as propostas feitas pelo Fórum Nacional da Agricultura, em recente encontro promovido na cidade paulista de Ribeirão Preto. Entre elas destacou o ajuste no mecanismo tarifário, para neutralizar vantagens provenientes de subsídios e *dumping* no produto importado.

O senador também apoiou a proposta de se criar um programa de crédito com taxas de juros competitivas com as internacionais.

# Preservação do São Francisco preocupa Waldeck

*Senador estranha e questiona iniciativas ligadas ao projeto de transposição das águas do rio, o qual teria, a seu ver, "uma visão assistencialista, apoiada num Nordeste atrasado"*

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) fez ontem um apelo ao presidente da República para que "ponha ordem na casa e não permita o crime de transpor as águas do São Francisco" sem, previamente, garantir a preservação do rio. Segundo o senador, a questão está sendo tratada pela Secretaria de Políticas Regionais, pelo Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e pelo Ministério do Planejamento.

O projeto de transposição das águas do São Francisco também foi analisado por comissão especial do Senado, cujo relatório "não foi lido por algumas áreas do Executivo", conforme disse.



Waldeck Ornelas

Para o senador, não se trata de discutir quantitativamente se a transposição dará vazão de 150 ou 60 metros cúbicos de água por segundo, como previam, respectivamente, o projeto original elaborado no governo Itamar Franco e sua revisão posterior. Por outro lado, é estranho, na opinião do senador, que os ministérios do Planejamento e da Ciência e Tecnologia tenham firmado convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para dimensionar o impacto ambiental do projeto após a sua revisão.

O que importa, para Waldeck, é avaliar conceitualmente a proposta de transpo-

sição das águas do São Francisco em relação ao desenvolvimento do Nordeste. Nesses termos, o projeto teria, a seu ver, "uma visão assistencialista, apoiada num Nordeste atrasado", e não em um Nordeste que procura integrar-se competitivamente na globalização.

- Não posso aceitar que se queira sangrar o São Francisco sem, previamente, garantir sua preservação - reiterou.

Waldeck questionou, ainda, por que não foi instalado o Comitê de Gestão da Bacia do São Francisco, dado que não haveria nenhum impedimento para tal. Ao contrário, salientou, agora "se utiliza a própria Lei dos Recursos Hídricos, recentemente aprovada, como pretexto para adiar a instalação do comitê".



Renan Calheiros

## Calheiros quer despoluir lagoa em Maceió

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) comprometeu-se a lutar pela inclusão no Orçamento da União de 1998 de verbas para as obras de despoluição da lagoa Mundaú. Localizada em Maceió, a lagoa banha também Coqueiro Seco, Marechal Deodoro, Pilar e Santa Luzia do Norte, e está, segundo disse, "sendo destruída por toneladas de esgoto, lixo, defensivos agrícolas e despejos químicos industriais".

Calheiros afirmou que, além de um desastre ecológico, a poluição da lagoa Mundaú é, sobretudo, uma "tragédia sócio-econômica". Para ele, "a lagoa, que já foi considerada a maior potencial de produção de alimentos por metro quadrado do planeta, já não consegue garantir o sustento da numerosa comunidade pesqueira local".

Conforme o senador, a população local, com apoio das câmaras municipais e com o respaldo técnico de várias instituições ambientais, está organizando um mutirão pela despoluição da lagoa, por meio de projetos de dessassoreamento e de canalização e tratamento dos dejetos. Segundo Calheiros, esses projetos seriam viabilizados mediante a destinação de mais verbas.

## Marina defende subsídio para a borracha

A senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu ontem uma política governamental que realmente proteja os seringueiros e o meio ambiente da Amazônia, condenando o projeto referente a esse assunto que está prestes a ser votado na Câmara e que, em sua opinião, atende principalmente ao lobby da indústria de pneumáticos.

Lembrando que, há três meses, o presidente do Senado e o presidente da República receberam um grupo de extrativistas daquela região, ela pediu que o governo cumpra efetivamente a promessa feita a esses trabalhadores. Referia-se a projeto anunciado por Fernando Henrique Cardoso de soerguer o extrativismo mediante o financiamento do custo ambiental dessa atividade.

- O presidente prometeu o reincremento da produção

extrativista com uma série de medidas, mas resta fazer o mais importante, que é aprovar um projeto de lei que realmente subsidie a borracha brasileira - disse a senadora.

Explicando que a borracha da Malásia chega ao Brasil por um preço bem mais baixo que o produto nacional, Marina disse que a indústria de pneumáticos alega dificuldade de competição no mercado por ser obrigada a utilizar a borracha nacional. Por isso, ameaça migrar para outros países do Mercosul, fato que, na opinião da senadora, pressiona a favor da aprovação do projeto que se encontra na Câmara.

Ela criticou essa iniciativa governamental dizendo que, apesar de prevista a criação de



Marina Silva

um subsídio para a borracha, o governo não diz a partir de quando isso acontecerá. E referindo-se à proposta de subvencionar o preço do quilo da borracha até o limite de R\$ 0,72, pelo período de oito anos, ela explicou que isso não resolve o problema, porque a seringa extrativista não cresce em oito anos.

Ainda conforme a senadora, a única coisa em que o governo é peremptório nesse projeto é na revogação das leis que vigoram atualmente a respeito da borracha natural. "Trata-se de um lobby poderoso da indústria de pneumáticos, que deixa a borracha natural sem proteção. Por isso, considero muito perigoso o governo apoiar esse projeto de lei em caráter de urgência", enfatizou.

# Ademir propõe jornada de 40 horas

*A redução da carga horária do trabalhador tem o objetivo de combater o desemprego. A intenção do senador é chegar progressivamente a 32 horas, em 2008*

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou ontem projeto de lei que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, alterando dispositivo da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A proposta estabelece que "a duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá oito horas diárias e 40 horas semanais, desde que não sejam fixados expressamente outros limites".

Na sua justificação, Ademir Andrade argumentou que o projeto de sua iniciativa tem como objetivo dar início às discussões voltadas para a redução progressiva da jornada de trabalho. Segundo o senador, a intenção é reduzir a jornada para 36 horas semanais em 2003 e para 32 horas em 2008.

Ademir disse que, em todo o mundo, tem-se recorrido à diminuição da duração do trabalho, como um dos instrumentos apropriados no combate ao desemprego. Ele frisou que "não podemos continuar buscando soluções para estimular o aumento no nível de emprego somente com medidas que sacrifiquem cada vez mais o trabalhador, eximindo, quase que metodicamente, o



**Ademir Andrade**

capital da responsabilidade de também contribuir para a redução dos impactos negativos

do progresso técnico".

- Assim, estamos propondo alteração no texto da CLT somente no que tange à duração da jornada semanal, mantendo a expressão *desde que não seja fixado expressamente outro limite*, pois se trata de referência às jornadas de menor duração, estabelecidas por leis específicas - ponderou.

O senador lembrou que, recentemente, o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva,

durante encontro com o presidente Fernando Henrique, teve a oportunidade de alertar sobre a necessidade de redução da jornada de trabalho e suas consequências positivas para a melhoria de vida do trabalhador e a elevação do nível de emprego no país. Na ocasião, o presidente da República externou seu apoio pessoal "a essa antiga e justa reivindicação da classe trabalhadora", observou Ademir.

## Câmara vai apreciar projeto de Emília sobre débitos trabalhistas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) aprovou, em caráter terminativo, projeto da senadora Emília Fernandes (PTB-RS) que concede poderes aos juízes do Trabalho para exigir garantias, na forma de dinheiro ou de bens, para o pagamento de débitos trabalhistas. A matéria será apreciada agora pela Câmara dos Deputados.

A proposta da parlamentar gaúcha pretende evitar, segundo argumentou, prejuízos para trabalhadores que ganham ações contra seus antigos empregadores,



**Emília Fernandes**

mas acabam prejudicados pela demora no cumprimento das sentenças ou por manobras protelatórias, proporcionadas pelos longos trâmites das execuções.

Na avaliação da senadora Regina Assumpção (PTB-

MG), relatora da matéria, o projeto visa a resguardar "os direitos trabalhistas existentes e em vias de satisfação através dos mecanismos judiciais, prioritariamente no caso das empresas de pequeno porte, com capital reduzido e responsabilidade limitada dos sócios".

A senadora mineira conclui manifestando confiança em que os magistrados saberão fazer uso equilibrado do novo mecanismo, avaliando, "com cuidado, as pretensões do demandante para não causar prejuízos insanáveis ao demandado".

**A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO E CARLOS PATROCÍNIO E PELA SENADORA BENEDITA DA SILVA**

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucídio Portella  
**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho -  
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

**Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)**  
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - **Brasília - DF**

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Divulgação e Integração:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Flávio de Mattos  
**Diretor da Agência Senado:** Domingos Mourão Neto  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
**Diagramação:** Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda  
**Fotos:** Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy  
**Revisão:** Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro  
**Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**